

**A loucura na cidade de Joinville
no século XX: o paradigma
indiciário como proposta
metodológica de pesquisa em
psicologia¹**

**Madness in the city of Joinville
in the XX century: the evidential
paradigm as a methodological
proposal for research in
psychology**

**La locura en la ciudad de
Joinville, en el siglo XIX: el
paradigma indiciario como una
propuesta de investigación
metodológica en Psicología**

¹ Tal investigação é uma realização do projeto em andamento “Inventário e catálogo de memórias do Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider”, patrocinado desde 2013 pela Fundação Cultural de Joinville pelo Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (Simdec). O projeto conta com a colaboração de Sarah Soares e Victor Hugo Vieira.

Allan Henrique Gomes²
Mariana Zabot Pasqualotto³
Lilian Vegini Baptista⁴

Recebido em: 13/11/2015
Aceito para publicação em: 18/12/2015

Resumo: Este texto apresenta fragmentos do processo de pesquisa sobre os registros e as memórias de um extinto abrigo de alienados na cidade de Joinville (SC). O objetivo deste projeto foi conhecer detalhes da história da referida instituição como forma de perfazer os primeiros capítulos da história da saúde mental/loucura na cidade. A composição metodológica consiste no diálogo entre a psicologia social e a história com base no paradigma indiciário, o qual mediante a observação minuciosa se interessa pelos rastros de memória que podem ser reveladores de pequenos detalhes para a compreensão do assunto pesquisado. Como resultado temos alguns achados de pesquisa – imagens da instituição, livros de registro de internos, reportagens sobre o local, entre outros –, revelando a instituição de forma tímida e superficial, por conta dos registros escassos.

Palavras-chave: abrigo de alienados; paradigma indiciário; psicologia social; Joinville.

Abstract: This text presents fragments of the research process of the records and memories of an extinct shelter for alienated people in Joinville - SC. The purpose of this project was to learn details of the history of the institution as a way of composing the first chapters of mental health/madness history in the city. The methodological composition consists of dialogue between social psychology and history based on evidential paradigm, which by careful observation is interested in memory traces which can reveal small details that help in understanding of the studied subject. As a result, we have research findings: images of the institution, books of internal records, reports about the place, among others, thus, revealing the institution as timid and superficial on account of the scarcity of records.

Keywords: shelter for alienated people; evidential paradigm; social psychology; Joinville.

Resumen: En este artículo se presentan resultados parciales de una investigación que aborda los registros y las memorias de un extinto abrigo de alienados en la ciudad de Joinville, estado de Santa Catarina, en Brasil. Con el objetivo de conocer detalles de la historia de esa institución, fue iniciado este proyecto como forma de producir los primeros capítulos de la historia de la salud mental/locura en la ciudad. La propuesta metodológica pretende un diálogo entre la Psicología social y la Historia a partir del paradigma indiciario que, a través de la observación minuciosa, se interesa por los

² Psicólogo pela Universidade Regional de Blumenau (Furb), mestre e doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

³ Psicóloga pela Associação Catarinense de Ensino (ACE)/Faculdade Guilherme Guimbala (FGG), mestre e doutoranda em Psicologia pela UFSC.

⁴ Psicóloga pela ACE/ FGG, pós-graduanda em Práticas Clínicas na ACE.

rastros de la memoria que pueden revelar pequeños detalles para la comprensión de la temática. Algunos hallazgos de la investigación se presentan como resultados: imágenes de la institución, libros de registros de los internados, reportes de sobre el local, entre otros, que revelan la institución de forma tímida y superficial por la escasez de registros.

Palabras clave: abrigo de alienados; paradigma indiciario; psicología social; Joinville.

INTRODUÇÃO

O paradigma indiciário é discutido neste artigo enquanto possibilidade metodológica de pesquisa em psicologia social no contexto de uma investigação sobre a memória da loucura na cidade de Joinville, que de maneira mais específica implica os rastros deixados pela existência de uma extinta casa de tratamento dos ditos “loucos” da cidade: o Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider.

Tal abrigo foi a primeira instituição fundada em Joinville com a finalidade de garantir o tratamento aos considerados loucos. Idealizada por Oscar Schneider, prefeito do município entre os anos de 1907 e 1910, a instituição psiquiátrica que levou seu nome foi construída em 1923, quando seu idealizador já havia falecido, por sua viúva Francisca Schneider, num terreno doado pela prefeitura (ZABOT, 2015d, p. 7).

A criação do abrigo de alienados coincide com o processo de modernização e urbanização da cidade, numa época em que se seguiam orientações europeias de secularização e higienização a fim de gerar estratégias para sanear as epidemias e livrar-se delas (GUEDES, 2005). Podemos pensar que era oportuno a esse modo de gerir a cidade tomar alguma medida em relação às pessoas que apresentavam comportamentos considerados desviantes e indesejáveis ao convívio social e à nova ordem estabelecida (FONTOURA, 2005, p. 79).

A instituição recebeu durante seu funcionamento homens, mulheres e crianças (menores de 15 anos) encaminhados de várias cidades do estado. Tornou-se cartão-postal (como será explicado adiante) e participou da publicização da cidade, no entanto por motivos de superlotação e falta de verba, conforme se evidencia em alguns documentos encontrados⁵, a instituição foi fechada em 1942, com quase 20 anos de funcionamento. Os pacientes internados foram então encaminhados ao Hospital Colônia Sant’Ana (atual Instituto Psiquiátrico de Santa Catarina), primeira instituição estadual de atendimento a esse público, inaugurada em São José (SC) em 1941 (ZABOT, 2015d, p. 7).

Atualmente não restam vestígios materiais desse prédio, e o terreno onde ele se localizava foi tomado pela ampliação do território do cemitério municipal. A memória sobre o abrigo, conforme demonstra uma pesquisa⁶ (GOMES *et al.*, 2013) que investigou os vestígios da existência da instituição na cidade, aparece apagada na vida cidadina; apenas alguns cidadãos muito antigos no município sabem sobre sua história, configurando-se como uma memória que não sobreviveu potencialmente ao longo dos tempos.

As pistas deixadas da história da loucura no município, que em seus primeiros capítulos destinava os “loucos” ao confinamento de porões na cidade, mostram que a criação de um abrigo de alienados ganha importância no cenário urbano sob a forma de uma imponente

⁵ Ofícios entre as autoridades do município de Joinville e a Secretaria do Interior e da Justiça – órgão estadual responsável à época pelas tratativas dos encaminhamentos dos “doentes mentais” e também pelo repasse de verbas ao Oscar Schneider – que se encontram no acervo do Arquivo Público Estadual.

⁶ Tal pesquisa é resultado do projeto “Inventário e catálogo de memórias do Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider”, patrocinado em 2013 pela Fundação Cultural de Joinville, por meio do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (Simdec).

instituição e, assim, revelam a maneira como foram se produzindo formas de se relacionar com tal condição humana em Joinville.

A loucura pensada “como fenômeno humano, como uma das fronteiras do homem, sempre teria de interessar, preocupar e ocupar filósofos, médicos, governantes e artistas. É ecumênica e permanente, uma constante da história” (LOPES, s.d., p. 1). O entendimento da loucura sofreu várias alterações ao longo do tempo, mas podemos afirmar que sempre esteve cercada de preconceito, exclusão e poder. Entendida como “distúrbio, alteração mental caracterizada pelo afastamento mais ou menos prolongado do indivíduo de seus métodos habituais de pensar, sentir e agir; [...] caráter de tudo que ultrapassa o convencional, de quanto foge às regras sociais” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 1.785), dá margem à discussão sobre a necessidade de alguém que cuide ou decida por aqueles considerados fora da razão. Com base nisso, temos uma demanda por um local que acolha os loucos, pessoas à beira da sociedade e da convencionalidade.

Foucault (2007), em *História da loucura na Idade Clássica*, não aborda essa condição humana pelo viés patológico, já que não a entende como condição naturalizada, mas *produzida* na modernidade enquanto problema. Segundo ele, tal problema deriva da partilha normativa entre o conflito razão X (des)razão numa sociedade que se firmou centrada na racionalidade. E que destino tem a loucura nessas condições históricas senão o lugar de desvio da norma? Se ela desafia uma sociedade centrada na razão, faz surgir modos de pensar que a produzem como desviante.

Podemos exemplificar a forma como Foucault tangencia este objeto, a loucura, quando aborda o “Nascimento do asilo” (capítulo da obra citada anteriormente). Utilizando algumas imagens, cenas do cotidiano da história da psiquiatria, o autor torna visível a verdade que se produziu sobre tal objeto e que culminou na invenção de sua cura, como também na invenção de uma forma ideal de asilos, que se origina na ideia do hospício como lugar onde o louco deve ser isolado somente durante o tempo em que se encontra “doente”, voltando a conviver em sociedade quando se tem certeza sobre seu estado de cura (FOUCAULT, 2007).

Encontramos também as variadas formas de loucura retratadas na indústria do cinema, da fotografia e da arte em geral. Os grandes prédios ou casarões que geralmente são cenários para as histórias criam uma imagem um tanto quanto glamorosa das doenças psiquiátricas e dos profissionais que trabalham diretamente com elas. Tal imagem contrasta com as formas de tratamento utilizadas nos séculos XVIII e XIX, as quais hoje causam repulsa e certa vergonha para o sistema de saúde e são motivo de tentativa de esquecimento desse passado marcado pela violência e pelos maus-tratos.

Extinto não somente pela função mas também pelas paredes que não estão mais de pé para contar histórias, a referida casa confunde-se no imaginário social com outra instituição destinada ao cuidado da saúde mental – a clínica do Dr. Osmar Nelson Schroeder, localizada na Rua XV de Novembro e que ainda tem sua estrutura preservada – e o conhecimento da sua história está presente na narrativa de poucos cidadãos que residem há muito tempo no município, fatos estes que revelam uma memória que não está em evidência na vida contemporânea da cidade.

O paradigma indiciário como uma perspectiva de investigação nesse contexto possibilita-nos estudar e compreender algumas reverberações, tensões, sentidos, lembranças e esquecimentos em relação ao Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider e conjecturar um passado esquecido, mas possível de ser conhecido e significado.

O PARADIGMA INDICIÁRIO

Esse método de pesquisa foi proposto pelo historiador italiano Carlos Ginzburg (1939-), também conhecido como um dos pioneiros da vertente da micro-história, que tem como

pretensão “uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de perceber aspectos que, de outro modo, passariam despercebidos” (BARROS, 2007, p. 169). Com essa mesma intenção de encontrar revelações nos detalhes, “o paradigma indiciário valoriza a aproximação emocional do observador com o seu objeto, os traços e o conhecimento individuais em detrimento à generalização” (RODRIGUES, 2005, p. 6).

Uma obra muito conhecida desse historiador é *O queijo e os vermes*, na qual Ginzburg compõe a história de um camponês da Idade Média – uma época de vozes silenciadas – por meio de pistas e rastros deixados nos documentos inquisitoriais e conjecturando as possibilidades cotidianas de um moleiro naquela época. O trabalho tornou possível conhecer não somente o que lia Domenico e alimentava suas ideias consideradas heréticas, mas especialmente como lia tais obras. A riqueza do trabalho de Ginzburg, no caso do estudo sobre Menocchio, está na forma como persegue os sinais dos textos que investigou para então conjecturar sobre a trama da existência do moleiro de Montereale. Para realizar uma obra tão minuciosa, a Idade Média não era um campo desconhecido para o historiador italiano. Todavia nos sinais parece que se escondem os detalhes que uma leitura macro-histórica não permitiria conhecer. E talvez por isso na obra *O queijo e os vermes* o cotidiano da cultura camponesa do século XVI fique tão vivo, vibrante, literário.

Em outro texto, em que discute o saber indiciário, Ginzburg (1989, p. 152) observa que “o caçador teria sido o primeiro a narrar uma história porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos”. Com essas considerações iniciais, podemos discutir um pouco sobre a possibilidade de investigação por meio dos indícios e reminiscências que possam ser achados na vida da cidade. Temos como hipótese que a memória é um desses processos que não se oficializam (no sentido de oferecer à loucura uma razão histórica, uma narrativa única e ideal). Ela insiste, persiste em se expor por meio dos detalhes e, também, nos resíduos e nos sinais que resistem ao esquecimento.

É nesses sinais que o pesquisador pode tropeçar em suas andanças. Nesse sentido, lembramos a figura do *flâneur*, que divaga no contrafluxo da cidade. Ele busca perder-se das rotas objetivas e subjetivas codificadas no corpo urbano. E para tal processo não basta alterar o caminho, mas também o caminhar. O pesquisador *flâneur* pode ainda perder o passo, permitindo-se ficar estagnado em um ponto perdido, desacelerando sua alma da celeridade urbana na própria cidade, sem pressa e coerente com seu propósito de pesquisa: encontrar resíduos na urbe que falem de outro tempo dessa cidade.

A memória não pode ser tomada aqui como um arquivo estanque (ou mesmo oficializado, ideologizado); na perspectiva sócio-histórica a memória é significada, portanto presentificada, “sentida” no contemporâneo. Assim, é coerente a citação que Góes (2000, p. 31) faz de Vygotsky sobre a aproximação do psicólogo com o historiador e o arqueólogo, passando a atuar “como o detetive que investiga um crime que não presenciou”.

Ao investigar os fluxos da(s) memória(s) de uma cidade, o pesquisador pode buscar os sinais dos tempos, ou seja, os resíduos que sobrevivem às épocas e que ainda reverberam na imaginação e nas narrativas citadinas. Conta-se em Joinville, por exemplo, que a instituição psiquiátrica conhecida como Clínica Nossa Senhora da Saúde utilizava o espaço do jardim como parte do tratamento de seus pacientes, o que gerava certo estranhamento e até medo na população. Osmar Schroeder, responsável pela clínica, encerrou suas atividades no ano de 1986 e mais tarde o espaço foi utilizado pela Escola Cum Grano Salis. Existem relatos de que algumas pessoas escutavam vozes naquele lugar (SOUZA, 2014, p. 65). Citações desse gênero transmitem os modos pelos quais a memória vai se produzindo enquanto uma narrativa cotidiana. Nesse sentido, a memória que investigamos é uma produção (ficção?) do tempo presente, ainda que tramada historicamente.

Retomamos agora a questão do olhar do pesquisador, algo que podemos chamar de relação processo e cena (imagem) no método indiciário. Possamai (2007, p. 58) afirma que, “como qualquer imagem, a fotografia transforma processos em cenas”. Para essa autora, a cena refere-se ao “fragmento congelado no tempo que pretende tornar a realidade inteligível ao observador, mas que por sua forma de representação acaba por dificultar a compreensão desta” (POSSAMAI, 2007, p. 58).

O ABRIGO MUNICIPAL DE ALIENADOS OSCAR SCHNEIDER

No Arquivo Histórico de Joinville, o acervo visual encontra-se entre as primeiras fontes fornecidas para pesquisar acerca do abrigo. A fotografia priorizada entre as demais fontes, como publicações acadêmicas e recortes de jornal, sobre as instituições psiquiátricas na cidade demonstram a força da imagem como registro histórico.

Na figura 1 podemos observar uma das instituições da cidade para tratamento dos loucos.

Figura 1 – Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville (AHJ)

A fotografia não enfatiza detalhes; pelo contrário, há uma tentativa de totalidade, a qual gera certo mistério quanto ao que a instituição guarda, mas ao mesmo tempo revela outros aspectos importantes. O caminho que conduz até a entrada do espaço nos faz pensar em uma frequência de circulação de veículos, como o localizado à direita. Não se sabe a quem pertence o automóvel, mas podemos pensar em algumas possibilidades – algum profissional que atuava na instituição, um político visitando o abrigo ou até mesmo a família de algum paciente. Outras imagens em perspectiva semelhante a essa estão disponíveis

no acervo do AHJ. Na figura 1 nota-se que o fotógrafo buscou capturar a instituição em sua completude. Os detalhes que vão se revelando nas imagens são bastante curiosos. Na figura 2, por exemplo, o mesmo prédio está imponente e visualmente registrado. Em um olhar disperso pela fotografia é possível perceber algumas mudanças no ambiente da casa e que os tempos são outros (um tempo posterior ao da primeira imagem, hipótese possível tendo por base uma minúcia: o acréscimo do nome da cidade na fotografia, sobre o qual passamos a refletir a seguir).

Figura 2 – Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Os sinais daquilo que pode significar essa instituição no tempo de sua imponência revelam-se nos acréscimos efetuados. Percebe-se que o nome da cidade (Joinville) foi inserido na imagem e que, além disso, ela foi impressa como um cartão-postal. Portanto, é uma fotografia que participa da publicização da cidade. Cartões-postais com fotografias da cidade exercem a função de lembrar algo que traz orgulho, algo que seja valorizado e considerado motivo de admiração. Se essa admiração não era amplamente compartilhada, há pelo menos indícios de que existiram atores que desejaram propagar (e com recursos visuais) a ideia de que o abrigo tinha certa representatividade no contexto municipal e estadual da época.

Já a figura 3, mesmo que não se possa saber *a priori* por qual razão foi produzida “a distância”, é uma fotografia que documenta o espaço distante e isolado em que a instituição foi construída.

Figura 3 – Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Nesse sentido, podemos dizer que a produção da cena está plenamente vinculada à trama histórica e social. A imagem também nos ajuda a discernir uma questão que nas escutas realizadas pela cidade – especialmente nos locais oficiais de salvaguarda de memórias – em busca de vestígios da existência da instituição estava envolta por informações desencontradas. O Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider não foi a única instituição de tratamento psiquiátrico da cidade na primeira metade do século XX. Existiu outra casa localizada na região mais central do município, próximo ao Cemitério dos Imigrantes – Clínica Nossa Senhora da Saúde – e, portanto, um “outro” lugar na história e no território das relações sociais da época nesse setor. Essa última imagem permite afirmar que não era o famoso Hospício Oscar Schneider que ficava na região privilegiada da cidade. O distanciamento do centro citadino corrobora os estigmas negativos, construídos historicamente, em relação aos espaços de loucura, isto é, espaços de vergonha, exclusão e esquecimento. Em contraposição temos a cena do Oscar Schneider como postal da cidade, visando enaltecer a instituição e sua função para a sociedade. Sendo assim, considera-se que a fotografia pode participar privilegiadamente como fonte documental.

No processo de observação e digitalização das imagens disponíveis no AHJ sobre a temática em questão, enquadrámos parte de uma fotografia para destacar um aspecto que identifica a casa como instituição psiquiátrica.

Figura 4 – Detalhe do Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Se as grades na janela revelam o caráter prisional do lugar, o pavilhão ao fundo oferece elementos para conjecturar outras dimensões que não estavam presentes (ou pelo menos visíveis) nas imagens frontais do casarão. Os detalhes entre uma e outra imagem permitem hipóteses, ainda incipientes, sobre os ares e o tempo dessa instituição. Ao observar a imagem 2, intuímos que ela foi produzida em um tempo posterior ao da primeira imagem deste trabalho. Apesar de não estar legível após a digitalização, o detalhe que pulsa na fotografia postal é a inscrição gravada sobre a entrada do casarão: Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider. Nas outras imagens a parede está lisa e sem nenhuma identificação.

Na história da arte o saber indiciário já se afirmou possível na leitura imagética (GINZBURG, 1989), e assim justificamos as conexões desenvolvidas neste texto entre o saber indiciário e a memória, a loucura e a fotografia.

Da mesma forma, alguns fragmentos da documentação de domínio público da época em questão serviram-nos como pistas para encadear esse cenário de acontecimentos, que envolve a idealização, o funcionamento e o fechamento da instituição na cidade. São entendidos como enunciados que por vezes contradizem ou complementam uma narrativa já existente dos acontecimentos.

Um desses fragmentos, contido em Relatório da Superintendência (JOINVILLE, 1906) em época anterior à construção do hospício, assim descreve a situação dos loucos em Joinville:

Tendo-se, por falta de outro lugar, recolhido até agora, no quartel, os doidos indigentes e levando em consideração que estes pobres infelizes tinham de suportar as infecções e os maus tratos de uns quartos insalubres e sem luz, consegui [...] que o Governo do Estado [...] decretasse uma verba destinada à manutenção daqueles pobres desgraçados [...].

Nesse mesmo documento, o prefeito Procópio Gomes comunicou ainda que medidas estavam sendo tomadas para a realocação dos “loucos indigentes” em um antigo prédio, que sediou o primeiro hospital da cidade (ZABOT, 2015a, p. 9). Ao pensar na situação de não assistência em que se encontravam os loucos, deparamos com algumas pistas sobre o cenário histórico e social da época que estão relacionadas especialmente ao funcionamento do hospital nessa cidade.

Tal instituição, o Hospital da Direção da Colônia Dona Francisca, fundado em 1852 na cidade, tinha como função o acolhimento aos “desvalidos”, **como na época se fazia referência às pessoas de baixo poder aquisitivo, idosas ou “incapazes” de cuidado próprio** (GUEDES, 1996).

No entanto consta nas resoluções que definem as normativas de atendimento do hospital da cidade que ele **não tinha condições de tratar os chamados doentes mentais e conferia cuidado a essas pessoas “[...] somente em casos excepcionais e [...] por curto espaço de tempo, quanto preciso for para que as respectivas famílias ou curadoras organizem em seus domicílios um lugar próprio e seguro para a conservação destes infelizes, mas nunca excedendo o prazo de 3 dias”** (JOINVILLE, 1898, p. 8).

Não sabemos de fato como se dava a passagem das pessoas pelo hospital, mas ao ver o seu **regimento** passamos a entender que o atendimento aos loucos se restringia às condições impostas pela instituição. **Esta considerava responsabilidade da família conferir amparo a eles, parecendo desconsiderar que nem todos contavam com tal possibilidade, já que sabemos da existência na cidade dos “loucos indigentes”, como revela o prefeito Procópio Gomes no documento citado.**

No fim do século XIX, o prédio onde funcionava o hospital já estava com as estruturas frágeis e sem condições de atender adequadamente a população, e então a instituição se mudou em 1906 para um novo prédio. Construído em terreno doado por um padre na cidade, sob a condição de ser administrado pela Congregação de Irmãs da Divina Providência de religião católica, **o território do hospital configurou-se como um “campo santo” na cidade** (GUEDES, 1996).

Tais informações nos levam a pensar nesse **“campo santo” como um espaço negado aos considerados loucos, os quais passaram a ser abrigados no antigo prédio do hospital, que com a chegada desse novo público passou a ser chamado de “Hospício de Alienados”.** Segundo críticas⁷ revelam, nesse lugar as pessoas continuavam a viver em condições insalubres, sem tratamento médico e psiquiátrico (ZABOT, 2015a, p. 9).

Desse modo, podemos dizer que, antes que Oscar Schneider, prefeito da cidade nos anos de 1907 a 1910, fosse a primeira figura política a registrar no Relatório de Superintendência (JOINVILLE, 1907 a 1910) da sua gestão a necessidade de tratamento dos internos do hospício, existia um contexto social que demandava a criação de um abrigo de alienados em Joinville. As pistas encontradas sobre o fechamento do hospício também conferem indícios para pensar nas tensões presentes na relação entre a loucura e a cidade e as suas reverberações nas decisões políticas nesse contexto.

Em pesquisa ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, localizado em Florianópolis, encontramos ofícios que dizem respeito à tratativa entre a prefeitura de Joinville e as instâncias estaduais, em relação ao envio de verba ao hospício, assim como autorizações de internações de pacientes encaminhados de diferentes cidades do estado.

Em um desses ofícios (JOINVILLE, 1941), redigido em agosto de 1941, o então prefeito de Joinville comunicou a impossibilidade de novas internações no abrigo e pareceu revelar os primeiros sinais que levaram ao fechamento da instituição, como se relata no trecho seguinte. O comunicado, conforme o próprio prefeito descreve, foi realizado em dia posterior ao recebimento de um paciente encaminhado pela polícia de outro município, situação

⁷ Contidas em relatório publicado na *Gazeta do Comércio* em 3/3/1917.

assim descrita: “[...] foi grande a dificuldade encontrada para o alojamento de mais esse demente, mormente pelo fato de exigir o seu estado um compartimento separado” (ZABOT, 2015c, p. 16).

Em outro documento (JOINVILLE, 1942), em data posterior ao fechamento do Abrigo Oscar Schneider, o prefeito de Joinville explica-se sobre a transferência indevida (por falta de documentação) de alguns pacientes para o Hospital Colônia Sant’Ana.

Diante, agora, das instruções expressas contidas em seu fonograma e segundo as quaes não podem ser enviados doentes sem a autorização prévia em nenhum caso, sempre que se apresente um doente a exigir imediato internamento, nas condições dos quatro enviados, solicitaremos a autorização prévia como nos é exigida e sinão for prontamente concedida, não nos restará, naturalmente outro recurso, sinão o de abandoná-lo à sua própria sorte.

Essa situação ocorre alguns meses depois do fechamento do abrigo, o que demonstra que o município passou a encaminhar os ditos loucos para o Hospital Colônia Sant’Ana, em consequência de não haver mais um espaço na cidade para o tratamento desse público (ZABOT, 2015b, p. 17).

Com a superlotação desse hospital estadual, os documentos passam a revelar a realidade após o fechamento da instituição, em que o lugar do louco, que perde seu “depósito oficial” na cidade, se figura em constante conflito, entrelaçado nas tensões sempre existentes entre loucura e sociedade (ZABOT, 2015c, p. 16).

A instituição fechou suas portas em 1942, e o prédio passou a servir como presídio político até o ano de 1945. Nessa época, de acordo com Fáveri (2009), o país vivia as influências da Segunda Guerra Mundial, que entre outras medidas fez com que se criassem campos de concentração a prisioneiros políticos. Juntamente com outro campo existente em Florianópolis, o prédio onde se instalava o abrigo de alienados destinou-se, no estado de Santa Catarina, a encarcerar as pessoas que se opunham aos ideais políticos do país. Essas instituições

[...] legitimaram a linha dura na perseguição de todo e qualquer estrangeiro, brasileiro naturalizado ou nascido no país que não se alinhasse à política ideológica de um Estado que geria a população nos mínimos detalhes, querendo homogeneizar condutas e sentidos, “abrasileirando-as” a qualquer custo (FAVÉRI, 2009, p. 92).

O prédio permaneceu abandonado por muitos anos, sem manutenção e sem condições de restauração, até que veio a ser demolido, não sendo encontrados registros sobre a data ou os motivos que levaram à sua destruição.

O ESPAÇO EM MEMÓRIA

O casarão não existe mais na arquitetura da cidade, contudo não está “deletado” da história. Aliás, “excluir arquivos” é uma daquelas coisas que talvez só da memória dos computadores seja possível fazer. Nesse sentido, corroboramos o pensamento de Smolka (2000) de que a memória participa dos processos de significações do humano, sempre e somente possíveis por meio das relações sociais. Com base nessa referência, podemos pensar a memória como uma transeunte do tempo, que ora significa o presente em relação ao passado e ora faz do passado uma leitura do presente. A memória pode então ser compreendida como a aproximação mais significativa entre o tempo e a sensibilidade. A

história das sensibilidades é reconhecida como a área dessa disciplina que estuda a loucura (SANTOS, 2005).

É nessas passagens do tempo, do sensível e do cotidiano que desejamos pensar a memória da loucura em Joinville, especialmente em relação àquilo que continua a reverberar por meio de ruídos e *zum-zum-zuns*. Os ruídos talvez sejam produzidos por sujeitos que experimentaram as grades do hospício, que tiveram suas memórias rasuradas pelo silêncio (melhor, silenciamento) que as cidades muitas vezes fazem em relação à loucura. Mas ainda da memória podem ser atores os *zum-zum-zuns* que polifonicamente trocam imagens e sentidos de um lugar que não se permite esquecer.

Os chiados da história podem ser tomados como não reais ou ainda míticos. Quem lê *O queijo e os vermes*, de Ginzburg, pode até imaginar que se trate de uma obra de literatura e, portanto, ficcional, quem sabe até mesmo falsa. Contudo essa questão para Ginzburg não se verifica como um problema. O autor afirma que

contra a tendência do ceticismo pós-moderno de eliminar os limites entre narrações ficcionais e narrações históricas, em nome do elemento construtivo que é comum a ambas, eu propunha considerar a relação entre umas e outras como uma contenda pela representação da realidade (GINZBURG, 2007, p. 9).

Para ele, as narrações ficcionais e as narrações históricas são mantidas distantes por pura vontade cética daqueles que não compreendem os fios que essas formas emprestam entre si.

Nessa mesma direção, temos em Pollak (1983) uma noção que articula memória, esquecimento e silêncio retirando-se o caráter estanque de silenciamento de um tempo passado. O autor trata da memória referente aos grupos sociais ou instituições dizendo que ela pode sobreviver à destruição deles, assumindo a forma de um mito que, “por não poder se ancorar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas. [...] O passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida” (p. 11).

A estrutura responsável por abrigar a insanidade foi derrubada e deu lugar a um número crescente de jazigos no Cemitério Municipal de Joinville. Ao caminharmos e observarmos os túmulos do cemitério, muitas vezes não refletimos sobre os significados desse espaço que mantém a história de muitas vidas (FONTOURA, 2005, p. 77). No entanto, com base em Pollack (1983), somos levados a pensar que as fronteiras entre o não ditos e o esquecimento definitivo permanecem sempre em deslocamento. “Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. [...] Assim também há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido” (POLLAK, 1983, p. 9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paradigma indiciário é uma possibilidade de saber histórico conjecturado que se faz em relação ao passado, mas sempre com base naquilo que residualmente participa do presente. Quando nos interessamos por aquilo que reverbera do hospício e balburdia na cidade, reconhecemos nas imagens uma história a ser contada, mas sem deixar de considerar que depois desse primeiro olhar para o campo algumas outras cenas vão sendo contadas sobre tal processo histórico. O saber indiciário em uma proposta de pesquisa em Psicologia social se efetiva em torno das (in)visibilidades que se atualizam na produção de imagens (sejam elas materializadas fotograficamente ou imaginadas enquanto cenas, sentidos e memórias de processos históricos e sociais) compartilhadas na cidade.

Embalados por essa possibilidade, pensamos que nas memórias da cidade estão encarnados os episódios, as lembranças e os rumores, o legítimo e o ilusório, e que todos dialogicamente se tocam, trocam e compõem a memória da loucura. Os fios dessa condição não podem ser tombados como patrimônios da cultura “oficial”, o que talvez já tivesse acontecido com o antigo casarão-hospício se ainda restassem paredes e telhados. Mas a costura que se faz desses fios e a trajetória que tais rastros da loucura imprimem na cidade podem ser pensados como uma forma de patrimônio vivo da cidade.

Reafirmando os argumentos de Possamai (2007) sobre a condição do conhecimento na contemporaneidade, especialmente pela demanda informacional e pela metrópole incontrolável, o método indiciário desdobra-se em outra possibilidade, transmutando a sua condição primeira que era revelar um autor pelos sinais de sua obra.

Ao mesmo tempo em que o paradigma indiciário na perspectiva de Ginzburg oferece um método híbrido, as relações que escolhemos como campo e objeto parecem ainda mais híbridas. Já afirmamos que a memória não se oficializa, e sim se camufla no corpo urbano de criações imagéticas e discursivas, exigindo uma investigação processual, pois até mesmo os vestígios das memórias que residualmente participam das composições da cidade não se estabilizam, mas se fazem fluidos, transitórios e tramados na pluralidade.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. D. Sobre a feitura da micro-história. **Revista OPSIS**, v. 7, n. 9, p. 167-185, jul.-dez. 2007.

FÁVERI, M. Tempos de intolerância: repressão aos estrangeiros. **Revista Esboços**, v. 16, n. 22, p. 91-109, 2009.

FONTOURA, A. de A. da. Aqui “jaz” um hospital. In: GUEDES, S. P. L. de C. **História de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. 2. ed. Joinville: Editora Univille, 2005. p. 77-103.

FOUCAULT, M. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GINZBURG, C. **Indagações sobre Piero**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. **O fio e os rastros**. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GÓES, M. C. R. A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. **Cadernos Cedes**, ano XX, n. 50, abr. 2000.

GOMES, A. H. *et al.* **Inventário e catálogo de memórias do Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider**. Projeto apresentado ao Concurso n.º 02/2013 da Fundação Cultural de Joinville. Joinville, 2013.

GUEDES, S. P. L. de C. **Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. 2. ed. Joinville: Editora Univille, 2005.

_____. (Org.). **Instituição e sociedade:** a trajetória do Hospital Municipal São José de Joinville – 1852-1971. Joinville: Movimento & Arte, 1996.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. **Dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JOINVILLE. **Ofício para a Secretaria de Negócios do Interior e Justiça.** Joinville, 1941. Redigido pelo prefeito Arnaldo Moreira Douat.

_____. **Ofício para a Secretaria de Negócios do Interior e Justiça.** Joinville, 1942. Redigido pelo prefeito Arnaldo Moreira Douat.

_____. **Relatório da Superintendência Municipal.** Joinville, 1906. Redigido pelo prefeito Procópio Gomes.

_____. **Relatório da Superintendência Municipal.** Joinville, 1907 a 1910. Redigido por Oscar Schneider.

_____. **Resoluções do Conselho Municipal de Joinville.** Joinville, 1898. Sessão de Regulamento, Capítulo II, artigo 28.

LOPES, J. L. A psiquiatria e o velho hospício. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA (ABP). **História da ABP.** S.d. Disponível em: <http://www.congressoabpbrasil.org.br/historia/galeria/a_psiquiatria_e_o_velho_hospicio.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2014.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 6, 1983.

POSSAMAI, Z. R. Narrativas fotográficas sobre a cidade. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 27, n. 53, p. 55-90, 2007.

RODRIGUES, M. B. F. Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário. **Dimensões – Revista de História da Ufes:** Estado, sociedade e poder, Vitória, n. 17, 2005.

SANTOS, N. M. W. **Histórias de sensibilidades:** espaços e narrativas da loucura em três tempos (Brasil, 1905/1920/1937). Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SMOLKA, A. L. B. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Educação & Sociedade,** ano XXI, n. 71, jul. 2000.

SOUZA, Samira Sinara. **A casa n.º 909 da Rua XV de Novembro:** espaço praticado de memórias em Joinville. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade)–Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2014.

ZABOT, M. P. Loucura em Joinville: os primeiros capítulos. In: ZABOT, M. P.; GOMES, A. H. (Orgs.). **Memórias da loucura em Joinville:** o (des)aparecimento do abrigo de alienados na cidade. Joinville: Refidim, 2015a.

ZABOT, M. P. O destino dos alienados: a velha clausura de uma nova instituição. *In*: ZABOT, M. P.; GOMES, A. H. (Orgs.). **Memórias da loucura em Joinville**: o (des)aparecimento do abrigo de alienados na cidade. Joinville: Refdim, 2015b.

_____. Os sinais do fim do abrigo de alienados na cidade. *In*: ZABOT, M. P.; GOMES, A. H. (Orgs.). **Memórias da loucura em Joinville**: o (des)aparecimento do abrigo de alienados na cidade. Joinville: Refdim, 2015c.

_____. Um abrigo de alienados na cidade de Joinville. *In*: ZABOT, M. P.; GOMES, A. H. (Orgs.). **Memórias da loucura em Joinville**: o (des)aparecimento do abrigo de alienados na cidade. Joinville: Refdim, 2015d.